

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Jornal do Commercio

CLASS. : 105

DATA : 12.01.85

PG. : \_\_\_\_\_

# Mineração em reserva caiu sob pressão

O decreto que autoriza a pesquisa e a lavra de minerais em reservas indígenas brasileiras teve a sua publicação suspensa devido às intensas reações contrárias ao anúncio de sua entrada em vigor. A afirmação é do ministro do Interior, Mário Andreazza, que ontem, no Rio, manteve longo encontro com o presidente Figueiredo para tratar do assunto.

*O solo e do índio, o sub solo é da União, diz Andreazza*

“Os Ministérios do Interior e das Minas e Energia já vinham estudando esse assunto há mais de seis meses — explicou Andreazza. E sabemos que em relação a esse tipo de mineração existiam dois problemas: Um, a utilização do solo que está perfeitamente estabelecida na constituição e no Estatuto do Índio. O outro, o do uso do subsolo, que é terra da União e cuja exploração é regida pelo Código de Mineração. Assim, as reservas indígenas ficavam de uma certa maneira, muito abertas e o estudo visava justamente proteger essas áreas e beneficiar as comunidades indígenas”.

Andreazza acredita que não vai surgir qualquer tipo de problemas para o encaminhamento do projeto, pois “com o tempo vai haver o debate e os esclarecimentos. Agora, precisamos ver o resul-

tado a que vão chegar esses estudos a serem feitos pelo Conselho de Segurança Nacional e o Gabinete Civil, para observar as opiniões que estão surgindo e as sugestões. Todos esses aspectos serão considerados, pois o grande objetivo do decreto é a proteção das comunidades indígenas”.

O ministro disse acreditar que todos os problemas surgidos entre as autoridades federais e os indígenas terão uma solução adequada, “já que a Funai vai procurar coher quais são os pontos divergentes e se chegará a uma legislação que beneficie as comunidades. Insistimos que ainda não existe nada definitivo, uma vez que o decreto não foi publicado e o presidente, ao assinar o documento, recomendou que fosse dado vistas ao Conselho de Segurança Nacional e ao Gabinete Civil”.